

“O QUE É PSICOLOGIA?”. DILEMAS EPISTEMOLÓGICOS E REPERCUSSÕES CONTEMPORÂNEAS

*“WHAT IS PSYCHOLOGY?”: EPISTEMOLOGICAL IMPASSES AND CONTEMPORARY
REPERCUSSIONS*

Adriano Furtado Holanda¹

Resumo

O tema da epistemologia da Psicologia tem sido relegado a segundo plano ou mesmo esquecido no contexto da formação acadêmica e das pesquisas na área, sendo historicamente confundido com História dos Sistemas Psicológicos e não assumindo seu papel de reflexão sobre os fundamentos das ciências. Neste sentido, o presente trabalho se propõe a tecer alguns apontamentos sobre o processo de construção da Psicologia como disciplina, buscando refletir sobre o “lugar” e a “condição” da Psicologia como disciplina independente; e sobre seu estatuto como profissão e como ciência, no contexto contemporâneo brasileiro, apontando alguns impasses epistêmicos em suas reflexões e repercussões na pragmática do campo profissional. Para tal, apresentaremos uma breve contextualização acerca do que é epistemologia, passando pelo seu esquecimento no contexto da Psicologia brasileira para, posteriormente, apontar algumas fragilidades e desafios a serem enfrentados; e concluindo pela necessidade de se retomar a discussão do tema, como forma de dar solidez à disciplina.

Palavras-chave: Epistemologia; Psicologia; Teoria; Prática.

Abstract

The theme of the Epistemology of Psychology has been relegated to the background or even forgotten in the context of academic formation and research in the area, being historically confused with the History of Psychological Systems and not assuming its role of reflection on the foundations of the sciences. In this sense, the present work proposes to write some notes on the process of construction of Psychology as a discipline, seeking to reflect on the "place" and the "condition" of Psychology as an independent discipline; and on his status as a profession and as a science in the Brazilian contemporary context, pointing out some epistemic impasses in his reflections and repercussions on the pragmatics of the professional field. For this, we will present a brief contextualization about what epistemology is, going through its forgetfulness in the context of Brazilian Psychology, and later, to point out some weaknesses and challenges to be faced; and concluding on the need to resume the discussion of the subject, as a way of giving solidity to the discipline.

Keywords: Epistemology; Psychology; Theory; Practice.

¹ Psicólogo, Doutor em Psicologia, Coordenador do Laboratório de Fenomenologia e Subjetividade (LabFeno/UFPR) e do Grupo de Trabalho Fenomenologia, Saúde e Processos Psicológicos da ANPEPP, Professor Assistente do Departamento de Psicologia e Mestrado em Psicologia da Universidade Federal do Paraná, Brasil. aholanda@yahoo.com

INTRODUÇÃO

Como se constitui determinado saber? Sobre quais bases se pode edificar uma ciência? O que constitui uma ciência? Como se constrói uma prática derivada de uma ciência? Questões como estas acompanham – ou deveriam acompanhar – as reflexões de grande parte do conjunto de pesquisadores. A construção dos *saberes* e dos *fazer*es se dá processualmente, guardando objetividades passíveis de serem observadas e questionadas. A rigor, nenhum *saber* se constitui na alienação de seu próprio questionamento, e é nesta direção que consideramos a importância da epistemologia, quando se trata de refletir sobre determinado “lugar” de uma prática, de uma ciência ou de uma profissão.

Tomando como ponto de partida a Fenomenologia, enquanto um modo de pensar no estatuto da fundamentação, como uma “ciência das essências” – como um projeto de fundação das ciências (Husserl, 1910/1965, 1913/1985) –, parece-nos necessário retomar a leitura do “epistêmico”, como forma de se pensar a teoria e a prática da Psicologia (aqui, tomadas de modo dinâmico e entrelaçado, sem cisões ou polarizações), traçando um paralelo com a sua constituição e cenário contemporâneos, caracterizados pela pulverização de *fazer*es e pela alienação de suas algumas áreas clássicas (constitutivas, preliminarmente, da própria representação da disciplina psicológica no contexto da sociedade brasileira), e acompanhadas pelo esquecimento do questionamento epistemológico.

Nosso objetivo, pois, é traçar alguns apontamentos sobre o processo de construção desta que é uma das profissões mais concorridas, e que representa ao mesmo tempo um dos maiores contingentes profissionais do Brasil (o que certamente apresenta sérias consequências para sua sedimentação no campo da empregabilidade e para a qualidade da formação). Em outras palavras, buscaremos refletir sobre o “lugar” e a “condição” da Psicologia como disciplina independente; e sobre seu estatuto como profissão e como ciência, no contexto contemporâneo brasileiro, apontando alguns impasses epistêmicos em suas reflexões na pragmática do campo profissional.

No cenário da formação em Psicologia, é comum observarmos a alienação – ou o esquecimento – da discussão com respeito à Epistemologia da Psicologia, com sérias repercussões para sua representação no imaginário da sociedade, para sua colocação enquanto disciplina polivalente – representativa de áreas tão diversas quanto singulares, como Saúde, Educação, Trabalho ou Humanidades – e para sua consolidação

como saber independente.

Pretendemos demonstrar a importância de se retomar tal discussão, naquilo que uma reflexão desta natureza contribui para a constituição da solidez de uma disciplina científica, bem como na formalização desta enquanto uma prática – naquilo que constitui ou possa vir a constituir seu “lugar”, sua “identidade” – e naquilo que explicita a singularidade da Psicologia: Qual o caráter distintivo da Psicologia em meio às demais ciências, disciplinas e práticas? Qual o “lugar” do psicólogo: o de um técnico (de um prático), o de um cientista ou de um hermenêuta? Qual a especificidade do seu *fazer* (aquilo que determina a constituição da singularidade da sua prática e o discrimina dos demais profissionais)? A disseminação de sua atuação prática refletiria a dinamicidade e flexibilidade da disciplina ou a pulverização de *fazer*es em detrimento de sua profundidade? Suas vinculações filosóficas aproximam a Psicologia mais do campo das humanidades e das ciências sociais, ou da ciência empiricista e naturalista?

Questões como estas sugerem a necessidade de se repensar os fundamentos, a historicidade e o estatuto da ciência psicológica, como forma de apresentá-la, em meio a uma modernidade ditada pela velocidade, pela fluidez, pela dinâmica, pela objetividade interativa (consubstanciada por questões bastante atuais como inteligência artificial, avanços em neurociências e tecnologias, automação, flexibilização do trabalho, etc.); enquanto se mantém certa representação “mágica” da Psicologia, como uma disciplina da desocultação, da “escuta”, da interpretação, do ajustamento e da adaptação (mesmo que não se discutam questões como normalização ou normatização); posições estas mais compatíveis com uma lógica supostamente “clínica”, que não necessariamente dão conta de sua complexidade do edifício psicológico.

Observamos que não tem sido comum ou presente este tipo de reflexão – seja na literatura, seja nos ambientes acadêmicos –, havendo mesmo certa confusão em sua consideração, como pretendemos demonstrar, entre uma epistemologia como reflexão sobre a construção de saberes, e sua identificação com uma história dos sistemas psicológicos. Para tal, convém retomar seu papel no debate sobre a fundação das ciências.

1. SOBRE A FUNDAÇÃO DAS CIÊNCIAS

O sentido de fundação das ciências, como proposto por Husserl, não deve ser confundido com um “fundacionismo epistêmico” (Sacchini, 2009): “Nessa concepção, as ciências seriam incompletas porque lhes

faltam os fundamentos que garantiriam o caráter objetivo de todo o edifício do saber. O conhecimento científico, por si só, teria somente o valor de propiciar certas aplicações técnicas, mas não seria racionalmente justificado enquanto a filosofia não desvelasse tais fundamentos” (p. 578).

Nesta direção, parece-nos igualmente errôneo e limitante pensarmos – como é relativamente comum na Psicologia – em “epistemologias” diversificadas, comumente associadas a modelos teóricos ou metateóricos, pois estas sucessivamente se confundiriam com distintas possibilidades ou *teses* sobre a ciência (no caso, sobre possíveis elementos que serviriam de alicerces para justificar sua posição como tal) ou como formalizações objetivistas (que seriam constituintes pragmáticos dessa mesma ciência). Desta feita, e da mesma maneira que a palavra “ética” tem sido utilizada ao bel-prazer de seus interlocutores, é comum – na Psicologia – a afirmação do plural como justificativa para sua posição, ou seja, haveriam tantas “psicologias” quantas “éticas” igualmente particulares, que igualmente seriam justificadas por supostas “epistemologias” particulares. Este fato é facilmente observável na segmentação de “áreas” ou de “teorias” que compõem, por exemplo, um currículo de Psicologia, o que na maior parte das vezes representa menos a expressão de uma diversidade ou de uma polissemia, e mais a constituição da negação de uma realidade *perspéctica* (e dialética) ou uma pulverização e impossibilidade de um diálogo interativo.

Fato é que nenhuma ciência é “acabada” – mesmo que possamos presumir que este inacabamento, no caso da Psicologia, seja mais rigoroso (Castañón, 2009) –, mas que se encontram em processo de formação, ou em “estado de imperfeição”, com respeito à incompletude da exploração de seus domínios e da falta de clareza de suas bases (Sacriani, 2009). Nos *Prolegômenos* das suas *Investigações Lógicas*, Husserl já anuncia que mesmo nas matemáticas – supostamente a mais desenvolvida das ciências –, seus pesquisadores atuam na condição de “técnicos engenhosos” (1975, § 71, p. 254), construindo seus saberes sem a evidência última da própria essência de suas teorias. É neste lugar de incompletude que a Fenomenologia – como toda filosofia – surge, não como o lugar da solução de problemas teóricos ou práticos, mas como o questionamento sobre a essência de tal teoria (§ 71). É sobre este lugar que a filosofia, como investigação das fontes essenciais de determinado saber, “(...) complementa as operações dos cientistas naturais e matemáticos de maneira que o conhecimento teórico puro e verdadeiro se completa” (Husserl, 1975, § 71, p. 256).

O que se delinea desta reflexão são dois

caminhos a serem explicitados: (a) o caminho da “Crise”, da crítica, do questionamento sobre o lugar do saber; e (b) uma conseqüente reflexão sobre as armadilhas da “tecnicização”, já tanto destacada em Heidegger, por exemplo, e que parece ser um elemento constitutivo da psicologia atual (daí a necessidade de sua apreensão). Neste sentido, apontamos a imperiosa necessidade de se retomar as discussões epistemológicas, constituindo-as como o lugar da fundamentação das ciências.

2. DO LUGAR DA EPISTEMOLOGIA: CONSTRUÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO DAS CIÊNCIAS

A premência pela reflexão na direção da construção e fundamentação dos saberes se dá pela necessidade – no caso das disciplinas que compartilham tanto de uma perspectiva teorética quanto pragmática – de se fazer uma transição coerente desta teoria para sua prática, de um modo dinâmico, sem cisões ou rupturas determinadas.

Para tal reflexão, e retomando princípios de definição, é preciso responder à questão: o que é, ou qual o “lugar” do epistemológico? Quais as distinções entre saber, ciência e epistemologia? (Japiassu, 1992). *Epistemologia* corresponde ao estudo crítico da forma (e não do conteúdo) de uma ciência (Morujão, 1990); a uma teoria crítica das ciências. Versa, pois, sobre a construção da ciência, enquanto história e fundamentos, por um lado; e leitura crítica de seus alicerces, por outro. Todavia, epistemologia não se confunde com um ou outro desses lados, quando muito implica necessariamente em ambos. A rigor, ao se falar em epistemologia, está se destacando uma multiplicidade de temas, tais como: conhecimento e teoria do conhecimento, ciência e filosofia da ciência, senso comum, conhecimento científico, teológico ou filosófico, verdade, realidade, saber (Japiassu, 1992; Castañón, 2007).

Ao se pensar sobre os fundamentos históricos e epistemológicos de determinada ciência, é preciso reconhecer o estatuto do que se compreende por *Ciência* e, portanto, se reconhecer que há um *macro*-campo sobre o qual se alicerça um conjunto de ideias definidoras e qualificadoras do que se compreende por “conhecimento”, e seus corolários, como validade, objetividade e significação. Implica na análise do estatuto do discurso científico, explicitando seus fundamentos (Mariguela, 1995). Dito de outra forma, é preciso se reconhecer que a construção do pensamento implica em certa uniformidade e extensibilidade no tempo e no espaço – algo próximo ao conceito de *episteme*, descrita por Foucault em sua *Arqueologia do*

Saber – mas que se torna, por vezes, em discursos dominantes que caracterizam certas estruturas disciplinares. Cabe-nos, pois, reconhecer qual ou quais percursos são aqueles que delimitam seu estatuto de cientificidade, e se estes são reconhecíveis em suas singularidades ou escamoteiam uma suposta unidade.

3. DO ESQUECIMENTO DA EPISTEMOLOGIA NO CONTEXTO DA PSICOLOGIA

Uma observação rápida nos currículos de Psicologia em nosso país aponta com clareza que há um significativo distanciamento do tema da Epistemologia ao longo da formação. Como tema ou disciplina, tem sido comumente esquecida, relegada ou mesmo alienada dos currículos e, quando presente, se mostra confundida com outros conteúdos, como podemos observar nas diversas denominações que, invariavelmente associam o tema a duas vertentes: uma primeira, que seria a Filosofia ou a fundamentação filosófica; e a segunda que versaria sobre a História da Psicologia.

No primeiro caso, confunde-se a epistemologia com o conjunto de ideias filosóficas que podem ser tomadas por reflexões sobre o estatuto ou vinculação filosófica a determinada escola, como observamos em disciplinas como “Fundamentos Epistemológicos e Filosóficos da Psicologia”, “Psicologia e Filosofia”, “História e Filosofia da Psicologia” ou mesmo apenas “Filosofia”, onde se supõe que a discussão epistemológica ganhe substância de algum modo; em outros contextos, esse tema surge em disciplinas mais gerais, como “Epistemologia das Ciências Humanas” ou mesmo em “Introdução à Psicologia”. Há mesmo, não raros casos, em que o tema acabou sendo excluído ou aglutinado em disciplinas específicas, como se observa em alguns projetos pedagógicos que justificam tal mudança em prol de uma “epistemologia particularizada”, ou seja, associada diretamente a uma ou outra das tantas perspectivas teóricas (seria, no caso, defender a ideia que a epistemologia teria seu lugar de discurso e discussão na associação particular de uma epistemologia da psicanálise ou uma epistemologia do behaviorismo, por exemplo, consolidando assim uma “privatização” do tema).

Evidente que essa exemplificação não esgota a discussão e, igualmente, não se pretende identificar a nomenclatura eventual de determinadas disciplinas com seu conteúdo¹; mas devemos reconhecer que certas associações constituem, no mínimo, uma limitação referente a uma discussão em profundidade. Por exemplo: supor que durante um semestre letivo, seja possível apresentar, minimamente, um cenário coerente

e suficientemente aprofundado da construção histórica, conceitual e dos fundamentos filosóficos da Psicologia, bem como seus desafios e conflitos, parece demasiado.

Uma contraparte interessante a ser destacada – no que se refere à questão das “disciplinas” que compõem um currículo² –, é a presença, na quase totalidade dos cursos em nosso país, de disciplinas cujo título invariavelmente reflete a expressão “Psicologia, Ciência e Profissão”, substituindo em muitos casos a própria “Introdução à Psicologia”, e que escamoteia uma fragilidade da própria disciplina, qual seja, a reificação e a reiteração de uma dicotomia (mesmo que não exclusiva) que se observa no campo do saber em geral, e que subdivide as ações em contextos supostamente separados: o do “saber” e o do “fazer”, o da pesquisa e o da prática, o do pensar e do agir, etc. Dicotomia esta, fruto daquilo que Emanuel Carneiro Leão descreve como sendo uma “de-cisão” histórica, tomada na Antiguidade clássica, e derivada da contradição entre um pensar originário – como aquele oriundo dos primeiros pensadores, comumente conhecidos como “pré-socráticos” – e aquele pensar constituído pela identidade, pela reificação de um modo absoluto de pensar, constitutivo da nossa ocidentalidade:

Pensamento originário é o título de um questionamento que procura pensar o pensamento dos primeiros pensadores gregos (...). Já foram intitulados de Pré-Aristotélicos, Pré-platônicos e Pré-socráticos. Sob a correção cronológica do prefixo, pré-, se escamoteia uma perplexidade do pensamento. Em Sócrates, Platão e Aristóteles se inaugura uma de-cisão histórica. A decisão das diferenças que, sendo já em si mesma metafísica, instala o domínio da filosofia em toda a História do Ocidente. Trata-se de uma de-cisão que vive da perplexidade em pensar a identidade como identidade e não como igualdade, isto é, que vive da dificuldade de se encontrar com a dificuldade de se encontrar com a identidade no próprio seio das diferenças. Esta de-cisão, ao instituir as dicotomias de um comparativo ontológico, se pronuncia pelo ser contra o nada, pela essência contra a aparência, pelo bem contra o mal, pelo inteligível contra o sensível, pelo permanente contra o mutável, pelo verdadeiro contra o falso, pelo racional contra o animal, pelo necessário contra o contingente, pelo uno contra o múltiplo, pela sincronia contra a diacronia. No poder do seu jogo é uma

de-cisão que se de-cide pela filosofia contra o pensamento (p. 7).

Essas cisões – tão antigas quanto concretas – se estabelecem no contexto de nossas racionalidades, sem que tenhamos clareza disto, sem que façamos reflexões sobre as mesmas, constituindo-se como naturalizações e, portanto, como reiterações e repetições. O que nos parece curioso é o fato, reconhecível, que os currículos – e, por conseguinte, as formações; e por consequência, a profissão em si e como representação – alienem tal tema ou discussões aprofundadas sobre este, que visariam exatamente o *questionamento* sobre seu lugar e seu fazer, em prol de outras que reifiquem a posição de uma disciplina isolada, supostamente autônoma, autorreferente (embora o discurso caminhe na direção da interlocução e do entrelaçamento), acrítica (sem se ater a suas dificuldades e limitações) e, surpreendentemente, determinista, por vias discursivas subjetivadas e na contramão da própria crítica aos demais contextos científicos.

Qual a nossa questão aqui, com esse assinalamento e com essa discussão? Pensar o quanto a Psicologia tem se tornado uma disciplina tecnicista, sem uma reflexão de base que a permita ocupar um espaço mais claro e menos idealista. O que não implica necessariamente numa posição objetivista, mas certamente numa realidade menos representacional do que a que temos. Basta, para tal, observarmos como a disciplina psicológica tem sido veiculada em imagens: uma pequena percentagem a identifica com um estatuto “politicado” (normalmente associada a perspectivas ideológicas ou mesmo partidárias, camufladas em perfis de defesa dos direitos humanos, cidadania ou diversidade, como se fossem os únicos caminhos de constituição de subjetividades, mesmo que se alienem quaisquer discursos contraditórios a essas “teses” ou “premissas”, ou que se discuta o que é o psicológico da matéria); mas a imensa maioria dessas representações ainda traz a ideia de uma psicologia associada à clínica ou a um fazer psicoterapêutico, identificado com aspectos mágicos (tais como a capacidade de compreender a totalidade do vivido humano, de trazê-lo à felicidade ou à “saúde”, por exemplo). A partir desse perfil – facilmente observado por uma rápida vista d’olhos às redes virtuais, ou aos documentos dos diversos conselhos de psicologia – depreende-se uma grande ênfase em aspectos tidos como superados, em prol de uma perspectiva supostamente “sociologizante”, mas reiterados pela realidade empírica (como no caso da, ainda dominante, perspectiva clínico-psicoterapêutica como representação da profissão) e, ainda, uma surpreendente exposição da disciplina e da profissão, para além de sua própria

diversidade.

Além disso, e retomando a dificuldade no que tange às reflexões epistemológicas no contexto da Psicologia, cabe assinalar a significativa limitação de recursos reflexivos nesta direção; afinal são poucas as referências específicas sobre epistemologia na literatura, mesmo que consideremos os “clássicos” ou os textos representativos como os de Bachelard (1971/2002), Foucault (1957/2006) e Canguilhem (1956/2012) – contando as publicações em formato de livro – e outros manuscritos (Japiassu, 1978, 1981, 1983, 1992; Marigueta, 1995; Figueiredo, 1996; Carone, 2003).

Aliando este fato à já assinalada confusão entre modos de compreensão do que constitui o epistemológico, temos que, o que deveria ser uma teoria crítica das ciências, uma reflexão sobre seu estatuto e sua posição, passa a ser considerado apenas como uma disciplina aplicada. Assim, pois, questões as mais variadas ficam em aberto, como: Quais os fundamentos de tal técnica ou mesmo qual o caráter de cientificidade de tal disciplina; qual seu objeto, ou qual sua posição no contexto dos saberes – trata-se de uma técnica, uma arte ou algo de caráter “sapiencial”? – e, ainda, se seria a psicologia uma “ciência de entremeios”, de interlocução e de diálogo com as demais ciências, ou mesmo uma ciência impossível, como assinala Comte? A Psicologia vive uma “crise” permanente (Figueiredo, 2008; Castañon, 2009; Silveira, 2018) ou simplesmente uma “dispersão” (Penna, 1997)?

Decorre de todas essas dificuldades, limitações que nos parecem cruciais com respeito ao contexto da Psicologia como um todo, como por exemplo, a irreflexão sobre a natureza metateórica do edifício psicológico, o que delimita – especialmente, mas não exclusivamente – na clínica, um conjunto de posições polares, excludentes, alheias a (pelo menos), duas considerações importantes: a diversidade e a complexidade do objeto observado. Ainda sobre a questão clínica, por exemplo, qual o sentido da hipervalorização da técnica nas psicoterapias (Neubern, 2012)? Ou mesmo, qual o sentido dessa hiperinflação da clínica como representação da Psicologia como um todo? No que tange à sua prática, qual o objeto “psicológico” a ser manejado? A que se presta, por exemplo, um serviço psicoterapêutico? A uma emancipação, passível de ser geradora de mais ansiedade; ou a uma acomodação em perfis socialmente aceitáveis? Ainda no que tange às psicoterapias, quais as qualidades necessárias para sua realização, da parte do profissional? Quais profissões podem ou poderiam exercer a tarefa psicoterápica? No contexto social, quais as fronteiras com outras

disciplinas parceiras, como Serviço Social ou a Terapia Ocupacional, por exemplo? Qual a interface ou a diferença entre um Gestor da Administração e um Gestor da Psicologia? A polêmica em torno dos Recursos Humanos, delimita construções diferentes ou apenas posições políticas relativas ao mercado?

Essas e tantas outras perguntas, certamente surgem como decorrência de reflexões epistemológicas. E a ausência destas reflexões, trazem em seu bojo, um conjunto de desafios a serem enfrentados, e um conjunto de fragilidades a serem reconhecidas.

4. DAS FRAGILIDADES E DOS DESAFIOS DA REFLEXÃO PSICOLÓGICA

A irreflexão acerca do estatuto da disciplina psicológica redundante, a nosso ver, em uma série de fragilidades, constituindo a Psicologia num campo amorfo, desconectado de suas fontes (e, portanto, de suas próprias possibilidades de ações futuras), com reflexos e impactos significativos na sua *praxis* e na sua representação. Escolhemos apontar apenas duas dessas fragilidades, a título de exemplo, com vistas apenas a reiterar a necessidade da discussão, que são: (a) O paradoxo indivíduo/coletividade; (b) A imprecisão entre filiação epistemológica e filiação teórica;

Principiemos pela dicotomia individual/coletivo. A Psicologia costuma estar associada à ideia de que seu objeto pode ser identificado com uma *interioridade*, tese designada como *subjetividade privatizada*, que demanda a construção de uma disciplina independente como recurso para lidar com sua crise (Figueiredo & Santi, 2008). A tese é defendida a partir da busca pelas condições socioculturais que permitiram, no final do século XIX, a consolidação da Psicologia como “ciência” independente da Filosofia, associadas à ideia de Modernidade – constituidora desta subjetividade privatizada – seu desdobramento e sua crise.

Enquanto disciplinas recentes, tanto a sociologia quanto a psicologia partilham fortemente da herança comteano-positivista, como se pode perceber nas clássicas definições da Sociologia como “a ciência dos determinismos tendenciais dos fenômenos humanos coletivos” (Ávila, 1981); ou na sua expectativa de aplicação dos métodos da Ciência ao estudo do sujeito humano e da sociedade (Chinoy, 1991); enquanto a Psicologia carrega essa marca na sua herança experimentalista. Ambas são compromissadas com o ideal de ciência galileano, são disciplinas do século XX, e ao que se destaca, optaram por objetos singulares e polares: sociedade e indivíduo; ademais, ambas igualmente surgem na esteira do movimento pela

autonomia das ciências ditas “humanas” ou do “espírito”, problematização diltheyana sobre o método (Dilthey, 1883/2010, 1894/2011; Amaral & Muhl, 2017).

As polaridades, tensões e paradoxos da Psicologia se apresentam tanto em seu caráter ontológico – como ciência de intersecção entre o físico e o biológico – quanto nas tensões teóricas do campo (Bastos & Gomes, 2012), e um dos impactos mais significativos dessa tensão se dá no contexto da pesquisa (Gunther, 2006; Holanda, 2008). Desse paradoxo, deriva um dilema entre modelos de pesquisa, que se consubstanciam em supostas disputas entre o *qualitativo* e o *quantitativo*, por exemplo, sendo o primeiro supostamente destinado à exploração da “subjetividade” e tendo como seu caráter constitutivo a experiência ou vivência; ao passo que o segundo seria a própria representação do caráter “científico”.

Dessa polêmica, derivam duas alternativas, sendo uma – reducionista – a delimitação de uma hierarquia ontológica, posicionando o qualitativo numa condição inferior ao polo quantitativo: “Tal opção desencadeia processos de construção de identidades coletivas, valorizando tudo o que se aproxima do polo que se defende e se acredita. Fortalece-se, assim, a identidade de pertencimento ao grupo e desconsideram-se as características externas (Bastos & Gomes, 2012, p. 664). A segunda alternativa – conciliatória – reconhece a legitimidade de ambos os lados, apontando para a possibilidade do reconhecimento de perspectivas importantes em ambas as partes, estabelecendo um princípio de conexão entre indivíduo e sociedade, “(...) central para a Psicologia por estar na base que delimita o seu espaço no conjunto das ciências sociais ou humanas” (Bastos & Gomes, 2012, p. 665).

Esse debate envolve a necessidade – da parte dos pioneiros da Sociologia, particularmente Max Weber e Émile Durkheim – em demarcar uma distinção com o campo psicológico, na defesa da ideia de que a sociedade não poderia ser compreendida como a soma de indivíduos, nem como algo separado destes (Bastos & Gomes, 2012; Amaral & Muhl, 2017). Decorre daí, uma síntese, que “reconhece que a estrutura social é uma objetivação da atividade humana, mas que afeta o indivíduo como um fator externo, que o limita e o restringe. No entanto, introduz problemas adicionais para a compreensão de como sociedade e indivíduos se relacionam” (Bastos & Gomes, 2012, p. 665).

Esta tensão encontra eco, por exemplo, nas relações indivíduo-instituição, com impacto em importantes campos de atuação da psicologia, como são os casos do Organizacional, do Comunitário, do Social, da Saúde Coletiva ou da Saúde Pública, dentre

outros. Pensadores contemporâneos procuraram resolver essa tensão ou paradoxo refundando ideias e conceitos, como o fazem Pierre Bourdieu com seu *habitus*, ou Norbert Elias com a *liquidez*, afirmando as configurações sociais como decorrentes das relações entre indivíduos, e entre estes e a sociedade. E qual o impacto disto na prática e na formação profissional? Basicamente constitui-se como disputas de poder em torno de qual premissa conceitual será a dominante na formação das novas levas profissionais, agindo na ocupação ou desocupação curricular. “A dinâmica de poder no interior dos coletivos responsáveis pela estruturação dos currículos faz com que o aluno tenha ou não acesso a uma ou outra abordagem, quando não se segregam áreas fundamentais, por discordâncias epistemológicas ou por reserva de espaço político” (Bastos & Gomes, 2012, p. 671). Talvez isto explique, por exemplo, a imensa refração, ao longo dos anos, de uma das áreas mais tradicionais da psicologia brasileira, a Escolar e Educacional (Bastos & Gondim, 2010).

Ainda sobre essa questão do “social”, dado que tradicionalmente há uma identidade entre o *fazer* psicológico e o trabalho clínico – invariavelmente associado a uma clínica psicoterápica de caráter dual (comumente definida como “individual”) – devemos de nos perguntar pelas razões de sua persistência, no imaginário popular e profissional, apesar das críticas e das mudanças no perfil da profissão (Dimenstein, 2000; Magalhães, Stralio, Keller & Gomes, 2001; Ferrarini & Camargo, 2012; Ferrarini, Camargo, Albanese, Pan & Bulgacov, 2016).

A fragilidade decorrente dessa discussão tem repercussões as mais variadas, particularmente naquele campo que se constituiu, nos últimos anos, como o campo privilegiado de inserção de psicólogos, qual seja, o setor público (Bastos, Gondim & Borges-Andrade, 2010), notadamente nas áreas da saúde pública e da atenção psicossocial, na qual se observam imprecisões da atuação do psicólogo (Muhl & Holanda, 2017). Uma das discussões que nos parece mais fundamentais reside exatamente no que significa dizer “psicossocial”? (Silva, 2014; Mäder, 2017), que aparece como substitutivo ao perfil médico e ao hospitalocentrismo, e que, embora dominante e determinante de todo um contexto profissional, aparece como incongruente ao campo da psicologia (visto ser premissa delimitada e fruto de necessidades da própria medicina): “A proposição de um modelo biopsicossocial tem como objetivo ampliar a visão da medicina, para que esta passasse a considerar os fatores culturais, sociais e psicológicos na determinação das doenças e na condução dos processos de cuidados” (Mäder & Holanda, 2017, p. 48). Para alguns, esta proposição representaria um processo de “transição paradigmática”

(Mondoni & Rosa, 2010); em oposição ao “paradigma” psiquiátrico hospitalocêntrico e medicalizador (PPMH). Assim, a Atenção Psicossocial ou o Paradigma Psico-Social (PPS) seria definido em oposição ao PPHM. Ocorre que essa proposta decorre de um modelo, que nasce da necessidade de ampliar a visão biomédica, ou seja, “em sua origem, a terminologia ‘biopsicossocial’ nasce como uma necessidade da Medicina para contrapor o modelo ‘biomédico’, mas também como uma negação da postura de que a doença mental seria um mito” (Mäder & Holanda, 2017, p. 54).

A apropriação irrefletida de tal concepção, além de representar um uso inadequado do termo “paradigma” (Carone, 2003; Carvalho, 2012), resulta em outro problema, que é a dificuldade que se tem para encontrar um lugar para a clínica psicoterápica – ainda persistente metáfora da própria disciplina psicológica no contexto popular e representacional – no contexto das políticas públicas (Nicaretta, 2012; Mäder & Holanda, 2017; Muhl & Holanda, 2017).

Nossa discussão procura apontar e reconhecer, tão somente, o caráter eminentemente “social” da psicologia, para além do falso paradoxo individualidade *versus* coletividade (Bastos & Barbosa, 2012); e, mesmo, seu caráter redundante, como nos termos de Gilberto Velho, pois é preciso quebrar a “descontinuidade arbitrária entre o ‘psicológico’ e o ‘social’. (...) Mas cumpre enfatizar que o próprio nome da ciência revela sua limitação. Tenho procurado mostrar que *toda psicologia é social* e que esta compartimentação é fonte das distorções apontadas” (p. 27). Este é apenas um exemplo que – a partir da dicotomia indivíduo *versus* sociedade – escamoteia a alienação da discussão original sobre o estatuto da disciplina.

Passemos ao segundo tópico, o da imprecisão de filiações. Corolário do já discutido “esquecimento” da discussão epistemológica no contexto da Psicologia, encontramos – não de forma incomum – constantes identificações entre filiação epistemológica e filiação teórica, sem uma necessária reflexão com respeito ao estatuto fundacional dessas teorias, invariavelmente consideradas diferenciadas em suas “teses” sem, contudo, considerar sobre suas fontes ou fundamentos, de modo a reconhecer similaridades ou diferenças.

A rigor, o que se tenta explicitar aqui é o fato de nossas “teorias” psicológicas não terem tal primazia de independência ou autonomia, como se propugna, em geral, em suas próprias posições, em relação ao contexto da história do pensamento como um todo. Em outras palavras, manifestamo-nos na mesma direção da preocupação de Georges Canguilhem, por exemplo,

quando busca traçar uma história das ciências da vida, ou ao se apresentar em entrevista como “[Sou] um professor de filosofia que se interessa por certo número de questões, que são as relações entre a filosofia e a ciência e em particular aquelas sobre a fabricação, o nascimento, a importação e a exportação de certo número de conceitos interpretativos de funções biológicas”³. Trata-se, pois, de reconhecer os limites e as possibilidades do entrelaçamento com outros contextos científicos, e ali, reconhecer tanto a diversidade quanto a fluidez dos conceitos dali derivados, o que implica ainda em reconhecer que há certa uniformidade conceitual coexistindo na multiplicidade teórica, que nascem desses outros campos do saber e dali são importados.

Em que pese o fato de podermos identificar uma multiplicidade dessas teorias em contextos diversos, é mais comum assumirmos posições teóricas associadas ao âmbito clínico – e a autores ali relacionados, como Freud, Jung, dentre outros – mesmo reconhecendo e admitindo que teses e posições diversas derivam de campos tão distintos quanto Filosofia, Biologia, Física, Linguística, dentre outros, a partir de nomes como Descartes, Piaget, Fechner, Vygotsky, Chomsky, etc. A tendência, pois, recai sobre a identificação de supostas filiações epistemológicas com essas teorias e autores, com sérias tendências a valorar positivamente temas e pesquisas mais recentes (por serem mais “atuais”) em detrimento de seus aspectos históricos, mesmo que persistam as referências àqueles autores “basilares”, como Freud, Foucault, dentre outros (Pascual, Costa & Clarindo, 2013).

A questão aqui, que podemos resumir a partir de uma clássica pergunta de Canguilhem é a seguinte: podemos dar uma definição *a priori* de Psicologia independente de sua história?⁴ Esta pergunta é central para a posição da própria disciplina, afinal qual o seu objeto? E entre tantos “objetos” (ou expectativas desses), parece-nos necessário visitar autores e obras clássicas que, lidos dentro de seu contexto e dali trazidos para nossa contemporaneidade, talvez reflitam melhores respostas do que a tradicional miríade de “objetos” invisíveis ao coletivo e visíveis somente a cada contexto, como temos em Dilthey (1894/2011), por exemplo, para quem o *fato psíquico* fundamental é a *vivência*, é a própria vida, que “a vida está presente em toda a parte só como nexos” (p. 16), como *corrente de vivências*. Nesta direção, novamente Canguilhem – com sua proposição de “normatividade vital” – e a consequente noção de *vida*, impõe um debate central para a Psicologia, pois sua atualidade “(...) é atestada na discussão de questões em aberto nas neurociências e na definição de vida. Não há uma definição de vida que seja curta, universal e igualmente aceita como

definição padrão entre as ciências” (Czeresnia, 2010, p. 709). Trata-se, pois, de buscar pensar como se pensamos nossas disciplinas, de modo a reconhecê-las em sua pluralidade.

Essa questão é tão atual quanto nevrálgica para a constituição da disciplina psicológica, não apenas por acompanhar a história do pensamento – a centralidade ou não do cérebro como órgão do pensamento está presente desde Platão e Aristóteles, Hipócrates e Galeno – mas também para se discutir as relações entre cérebro, pensamento e constituição do humano, mesmo que não reconheçamos em obras de autores clássicos elementos ditos “atuais”, como podemos exemplificar por uma frase de Pierre Janet (1924): “O que chamamos de pensamento, os fenômenos psicológicos, não são a função de nenhum órgão em particular: não é nem a função da ponta dos dedos nem tampouco a função de uma parte do cérebro” (p. 59)⁵. Além disso, faz-se igualmente importante destacar os movimentos e débitos que tanto autores clássicos quanto pesquisadores contemporâneos têm em seus próprios desenvolvimentos, mesmo que esses débitos ou movimentos não sejam clarificados (Freud, por exemplo, foi um mestre na arte da não-referência às fontes de suas ideias, tornando-as quase uma mística messiânica oriunda de alguma revelação intuitiva).

Mas, até o próprio Freud, autor, em 1888, de um artigo “Cérebro” para um dicionário médico, não deixou de reconhecer-se devedor de Taine. Tendo redigido, em 1895, seu trabalho *Projeto para uma psicologia científica*, ele escreveu para Fliess (fevereiro de 1896): “O livro de Taine, *De l'intelligence*, me agrada muito. Espero que algo possa sair dali”. É talvez o que tenha autorizado Ludwig Binswanger a escrever que as concordâncias são numerosas entre o naturalismo psicológico de Taine e o de Freud. Contudo, desde 1900, ao introduzir na “*Traumdeutung*” o conceito de aparelho psíquico, Freud, sem renunciar à topografia das localizações, mostrou-se interessado, antes de tudo, pelo que ele chamava de “tópica psíquica”. Em 1915, ele acabou escrevendo, no capítulo sobre o “Inconsciente” da *Metapsicologia*: “Todas as tentativas para adivinhar, a partir daí (as localizações cerebrais) uma localização dos processos psíquicos, todos os esforços para pensar as representações como estando armazenadas nas células nervosas fracassaram radicalmente”. E ele acrescenta que, no momento, a tópica psíquica (distinção

dos sistemas lcs., Pcs.,Cs.) “nada tem a ver com a anatomia” (Canguilhem, 1980/2006, p. 188).

Resta daí apenas um exemplo, tanto da transitoriedade e dinamicidade da construção das ideias, quanto da multiplicidade de elementos que compõem essa construção, remetendo-nos a outro contexto, mais amplo, de ideias filosóficas que vão se constituindo como definidoras da métrica, muitas vezes linear, do nosso pensamento. O impacto do pensamento biológico já encontra forte presença na obra de Kurt Goldstein, por exemplo, o que justifica sua referência intensa em autores tão distintos quanto necessários para a Psicologia moderna, como são os casos de Maurice Merleau-Ponty e Georges Canguilhem, por exemplo.

Todavia, a associação direta, e irrefletida, entre teoria e epistemologia permanece dominante no seio da disciplina psicológica, facilmente reconhecível nas disputas pelo espaço de “realidade empírica” absoluta, determinante – assim – tanto do seu objeto quanto do método a serem escolhidos pelos incautos iniciantes dessa nova dogmática.

À GUIA DE ABERTURAS DE NOVAS DISCUSSÕES

Reconhecer o percurso da construção das ciências, traçar o caminho de sua formação, dando especial atenção ao estatuto do *pensar* que lhe é associado, seja em termos de perfis ou vinculações filosóficas, seja em termos de consolidação de paradigmas. Essa, nos parece, ser a tarefa fundamental de uma epistemologia. Ainda mais necessária e premente no contexto de uma disciplina jovem como é a Psicologia, que padece continuamente da dúvida sobre sua cientificidade, culminando na necessidade de uma “reflexão de segundo grau” (Silveira, 2018, p. 12).

Muito resumidamente, trata-se aí de uma drástica substituição dos quadros de referência do pensamento: a concepção do cosmo aristotélico-ptolemaico – ou seja, do mundo como todo finito, fechado e hierarquicamente organizado do ponto de vista ontológico segundo um espaço heterogêneo que destinava a perfeição às esferas celestes e o par geração/corrupção à esfera sublunar – dá lugar à concepção do universo aberto, cuja coesão não se expressa mais por relações de subordinação, mas pela identidade, no espaço homogeneizado pela geometria, de suas leis fundamentais bem

como de seus componentes, doravante pertencentes ao mesmo nível do ser (...). Segundo Koyré, o que estava, assim, em questão na tarefa a ser realizada pelos fundadores da ciência moderna, dentre os quais Galileu e Descartes, não era simplesmente corrigir teorias equivocadas, mas destruir um mundo para colocar outro em seu lugar: eles tiveram que “reformular a estrutura de nossa própria inteligência” (...) na direção de uma explicação do real pelo “impossível” (...), isto é, pelo ser matemático, então identificado com a própria estrutura do ser (Silveira, 2018, p. 12-13).

É nesta seara que a Psicologia se encaixa, herdando da *Aufklärung* – como afirma Foucault (1957/2006) – seu alinhamento com as ciências naturais, o que não chega sem ambiguidade: afinal, coexiste, em Descartes, tanto uma perspectiva mecanicista quanto uma interacionista, e uma interpretação subjetivista, o que sugere a compreensão para o fato do pensador francês estar igualmente na gênese tanto do Behaviorismo quanto do Racionalismo. Ademais, se concordarmos com a tese de Canguilhem (1956/2012), de que foram os espiritualistas do século XIX os prováveis responsáveis pela convergência entre a máxima socrática, o *cogito* cartesiano e a introspecção psicológica, embora “[os] verdadeiros responsáveis pela chegada da psicologia moderna, como ciência do sujeito pensante, (...) os físicos mecanicistas do séc. XVII” (p. 406), temos um conflito a ser enfrentado.

O impacto decorrente da alienação dessa discussão – além de alienar espaços de qualificação para o *saber* psicológico – tem consequências diretas e objetivas no seio da profissão como, por exemplo, no contexto da empregabilidade e das funções a serem desempenhadas – com perda significativa de espaços para outras disciplinas (um exemplo decorre da refração da psicologia na educação e o surgimento da psicomotricidade ou da psicopedagogia) –; através de percepções recorrentes de inadequação profissional (comuns em discursos de profissionais da área da saúde, por exemplo); e, também em limitações conceituais que impõem efeitos externos a determinadas ações, como podemos observar em vários conflitos em torno da clínica e da psicoterapia (no que se refere, por exemplo, a tempo de tratamento ou mesmo tempo de atendimento), com sérias repercussões no contexto da saúde (vide discussões relativas à saúde complementar ou aos planos de saúde).

Ainda nesta direção, como se pretende

“atualizar” a Psicologia, desconsiderando suas perspectivas já solidificadas? Será que a “vocação” do psicólogo é “ajudar os outros” (Magalhães, Stralio, Keller & Gomes, 2001) ou “salvar vidas” (como em campanhas de prevenção ao suicídio, por exemplo)? Ou sua vocação é “instrumentalista”, no sentido de provocar mudanças sociais, seja pela ilusão da manipulação de variáveis (Cassepp-Borges, 2013), seja pelo “esclarecimento” social? Não sendo nem filósofo ou sociólogo, nem historiador, talvez sua perspectiva como analista da realidade fique aquém de suas próprias expectativas.

Ou será a Psicologia prisioneira de certo “romantismo” – muitas vezes limitado por moralidades diversas, sejam estas de cunho espiritualista ou judicialista – que camufla o *pensar* e o *agir* da disciplina, imputando-lhe uma necessidade errática de tratar questões de “saúde” (sem que o próprio tema seja um objeto para si), como podemos observar em expressões cotidianas como “qualidade de vida”? A este particular, uma esclarecedora posição encontramos em Gadamer (1986/2006): “Parece-me significativo o fato de que uma expressão como ‘qualidade de vida’ tivesse de ter sido inventada na civilização progressista e técnica de nossos dias. Ela pretende descrever o que sofreu neste meio-tempo. Contudo, na verdade é um tema muito antigo da humanidade o ter de ‘conduzir’ sua vida e ter de se perguntar como se deve conduzi-la” (p. 110). E esta questão é crucial para qualquer agente no campo da saúde e da clínica, afinal, a que se refere o *pathos* do “patológico”, quando este se apresenta? A que sentido de “natureza” se refere?

Parafrazeando Karl Jaspers (1913/1979), talvez fosse necessário se pensar a Psicologia como uma fonte, um alicerce científico, que fundamentaria outras práticas? Seria possível a Psicologia ser uma ciência propedêutica – preliminar, preparatória, introdutória – para as demais práticas? Ou uma disciplina “auxiliar”, como encontramos descrito na delimitação do Laboratório de Psicologia Experimental da Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro – o terceiro desta natureza no país, criado em 1923, mas talvez o mais relevante, visto ter se transformado em Instituto de Psicologia em 1932 e ser responsável por apresentar a primeira proposta de curso de Psicologia no Brasil (Jonsson, 2011) –, o que poderia representar eventualmente uma posição mais “indispensável” para outras ciências? Ainda nesta mesma direção, deveria manter a Psicologia seus vínculos mais aproximados com a Filosofia ou com a Técnica, como se observa na polêmica, em fins dos anos 1930, no Brasil, em torno das defesas de uma Psicologia Filosófica, por parte de Nilton Campos (então coordenador do acima referido laboratório), ou de uma Psicotécnica, por Mira y López

(Mendonça, 2018)?

Por fim – embora obviamente não esgotando sequer o escopo de possibilidades de temas a serem levantados para discussão –, cabe-nos justificar o uso da palavra “disciplina”, ao invés de “ciência”, ao referirmo-nos à Psicologia, ao longo do texto. Evitamos delimitar e referir à Psicologia como ciência, não apenas para preservar o caráter de inacabamento de todo seu edifício teórico-técnico, mas fundamentalmente com a intenção de acenar para a necessidade da manutenção de uma “dúvida” que, como método, tornou possível a Descartes estabelecer os fundamentos de sua filosofia. Pretende-se, pois, – ao duvidar do caráter de “ciência” para a Psicologia, ao colocá-la no rol de outras “disciplinas” supostamente menos hierarquizadas – uma *provocação* no sentido de retomar os caminhos dos fundamentos, como sugeria Husserl, para tentar reconhecer qual ou quais caminhos pode trilhar ou se associar, se no “castelo encantado das ciências positivas” ou no “endereço das ciências humanas” (Marigueta, 1995).

Referências

- Almeida, T. S. (2016). História da medicina e história das ideias: de Sigerist a Canguilhem. *Intelligere, Revista de História Intelectual (USP)*, 2 (1), 68-83.
- Amaral, F.B. & Muhl, C. (2017). *Fundamentos das Ciências Sociais*. Curitiba: InterSaberes.
- Ávila, F.B. (1981). *Introdução à Sociologia*. São Paulo: Agir.
- Bachelard, G. (2002). *Epistemologia*. Lisboa: Edições 70 (Original publicado em 1971).
- Bastos, A. V. B., & Gomes, W. B. (2012). Polaridades conceituais e tensões teóricas no campo da Psicologia: o falso paradoxo indivíduo/coletividade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32 (3), 662-673.
- Bastos, A.V.B., Gondim, S.M.G. & Borges, J.E. (2010). O psicólogo brasileiro: sua atuação e formação profissional. O que mudou nestas últimas décadas? *In: Oswaldo H. Yamamoto & Ana Ludmila F. Costa (Orgs). Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil* (pp. 255-270). Natal: EDUFERN.
- Bastos, A.V.B. & Gondim, S.M.G. (2010) (Orgs). *O Trabalho do Psicólogo no Brasil*. Porto Alegre: Artmed.
- Canguilhem, G. (1952). *La connaissance de la vie*.

- Paris: J. Vrin.
- Canguilhem, G. (2000). *O Normal e o Patológico*, Rio de Janeiro: Forense-Universitária (Original publicado em 1966).
- Canguilhem, G. (2006). O cérebro e o pensamento. *Natureza humana*, 8(1), 183-210 (Original de 1980).
- Canguilhem, G. (2012). O Que é a Psicologia? In Georges Canguilhem, *Estudos de História e de Filosofia das Ciências* (pp. 401-418). Rio de Janeiro: GEN/Forense-Universitária (Original de 1956).
- Carone, I. (2003). *A Psicologia tem Paradigmas?*. São Paulo: Casa do Psicólogo/Fapesp.
- Carvalho, B.P. (2012). A Apropriação do Conceito de Paradigma em Psicologia. *Psicologia Revista* (São Paulo), 21 (1), 11-31.
- Cassepp-Borges, V. (2013). Desafios para o futuro da Psicologia: contribuições da Psicologia na construção do conhecimento no século XXI. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33 (Esp.), 14-23.
- Castañon, G. (2007). *Introdução à Epistemologia*. São Paulo: E.P.U.
- Castañon, G. A.(2009). Psicologia como Ciência Moderna: vetos históricos e status atual. *Temas em Psicologia*, 17 (1), 21-36.
- Chinoy, E. (1991). *Sociedade. Uma introdução à Sociologia*. São Paulo: Cultrix.
- Czeresnia, D. (2010). Canguilhem e o caráter filosófico das ciências da vida. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 20(3), 709-727. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-7331201000300002>
- Dilthey, W. (2010). *Introdução às ciências humanas*. Rio de Janeiro: Editora Forense (Original de 1883).
- Dilthey, W. (2011). *Ideias sobre uma psicologia descritiva e analítica*. Lisboa: Lusofia (Original de 1894).
- Dimenstein, M. (2000). A cultura profissional do psicólogo e o ideário individualista: implicações para a prática no campo da assistência pública à saúde. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 5(1), 95-121.
- Ferrarini, N.L. & Camargo, D. (2012). O sentido da psicologia e a formação do psicólogo: um estudo de caso. *Psicologia & Sociedade*, 24(3), 710-719.
- Ferrarini, N.L.; Camargo, D.; Albanese, L.; Pan, M.A.G.S. & Bulgacov, Y.L.M. (2016). Formação do Psicólogo Brasileiro: Impasses e Desafios. *INFAD Revista de Psicologia*, 1 (2), pp. 271-280.
- Figueiredo, L. C. (1996). *Revisitando as psicologias: da epistemologia à ética das práticas e discursos psicológicos*. São Paulo: Educ /Petrópolis: Vozes.
- Figueiredo, L.C. & Santi, P.L. (2008). *Psicologia, uma (nova) introdução*. São Paulo: EDUC.
- Foucault, M. (2006). A Psicologia de 1850 a 1950. In Michel Foucault, *Ditos e Escritos I* (pp. 133-151). Rio de Janeiro: Forense-Universitária (Original de 1957).
- Gadamer, H-G. (2006). *O Caráter Oculto da Saúde*. Petrópolis: Vozes (Original de 1986).
- Garcia Pascual, J.; Costa, A. J. A. & Clarindo, J. M. (2017). Filiações epistemológicas em projetos de Mestrado em Psicologia: Estudo sobre os autores que os fundamentam. *Psicologia Argumento*, 31(72), 165-173.
- Günther, H. (2006). Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão?. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 22(2), 201-209.
- Holanda, A. (2008). Questões sobre Pesquisa Qualitativa e Pesquisa Fenomenológica, *Análise Fenomenológica* (Lisboa), 24 (3), 363-372.
- Husserl, E. (1965). *A Filosofia como Ciência de Rigor*. Coimbra: Atlântida (Original em alemão de 1910).
- Husserl, E. (1985). *Idées Directrices pour une Phénoménologie et une Philosophie Phénoménologie Pures*. Paris: Gallimard (Original publicado em 1913).
- Janet, P. (1924). Les sentiments simples qui accompagnent l'action, la tristesse et la joie. *Annuaire du Collège de France*, 24, 58-59.
- Japiassu, H (1992). *Introdução a epistemologia da psicologia*. Rio de Janeiro: Imago.
- Japiassu, H. (1978). *Nascimento e Morte das Ciências Humanas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

- Japiassu, H. (1981). *Questões Epistemológicas*. Rio de Janeiro: Imago.
- Japiassu, H. (1983). *A Psicologia dos Psicólogos*. Rio de Janeiro: Imago.
- Jaspers, K. (1987). *Psicopatologia Geral*. São Paulo: Livraria Atheneu (Original publicado em 1913).
- Jonsson, M.F. (2011). *Formação em Psicologia no Brasil: uma breve análise dos cursos de Psicologia da cidade de Curitiba*. Dissertação de Mestrado em Psicologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- Leão, E.C. (1991). Introdução. Os *Pensadores Originários. Anaximandro, Parmênides, Heráclito* (pp. 7-33). Petrópolis: Vozes.
- Mäder, B. J. & Holanda, A. F. (2017). Atenção à Saúde Mental e Atenção Psicossocial: Aproximações e distinções na conceituação e na oferta assistencial. In Nilton Julio de Faria & Adriano F. Holanda (Orgs). *Saúde Mental, Sofrimento e Cuidado. Fenomenologia do Adoecer e do Cuidar* (p. 31-62). Curitiba: Juruá.
- Magalhães, M.; Stralio, M.; Keller, M. & Gomes, W.B. (2001). Eu quero ajudar as pessoas: a escolha vocacional da psicologia. *Psicologia, Ciência e Profissão*. 21 (2), p.10-27.
- Mariguela, M. (1995). *Epistemologia da Psicologia*. Piracicaba: Ed.Unimep.
- Mendonça, D.N. (2018). *A Ciência Psicológica e seus Fundamentos: Um estudo da Vida e Obra de Nilton Campos*. Dissertação de Mestrado em Psicologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- Mondoni, D. & Rosa, A. C. (2010) Reforma psiquiátrica e transição paradigmática no interior do estado de São Paulo. *Psicologia Teoria e Pesquisa*, 26 (1), 39-47.
- Morujão, A.F. (1990). Epistemologia. *Logos – Enciclopédia Luso Brasileira de Filosofia* (p. 123-127). Lisboa: Verbo.
- Muhl, C. & Holanda, A.F. (2017). Psicologia, Saúde Mental e Atuação Profissional na Rede de Atenção Psicossocial: Um aporte fenomenológico. In Nilton Julio de Faria & Adriano F. Holanda (Orgs). *Saúde Mental, Sofrimento e Cuidado. Fenomenologia do Adoecer e do Cuidar* (p. 93-115). Curitiba: Juruá.
- Nagel, T. (2013). Como é ser um morcego?. *Phenomenological Studies – Revista da Abordagem Gestáltica*, 19 (1), 109-115 (Original de 1974).
- Neubern, M. (2012). Ensaio sobre a Cegueira de Édipo: Sobre psicoterapia, política e conhecimento. In A.F.Holanda (Org.). *O Campo das Psicoterapias. Reflexões Atuais* (pp. 13-46). Curitiba: Juruá Editora.
- Penna, A.G. (1997). *Repensando a Psicologia*. Rio de Janeiro: Imago.
- Sacrini, M. (2009). O projeto fenomenológico de fundação das ciências. *Scientiae Studia*, 7(4), 577-593.
- Silva, G. B. (2014). *A Legislação em Saúde Mental no Brasil (1841-2001) – Trajeto da Consolidação de um Modelo de Atenção*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Paraná.
- Silveira, L. (2018). A Psicologia é sua própria crise: Sobre o sentido epistemológico da presença da filosofia no cerne da psicologia moderna. *Fractal: Revista de Psicologia*, 30 (1), 12-21.
- Teixeira, J.F. (2000). *Mente, Cérebro e Cognição*. Petrópolis: Vozes.
- Velho, G. (1977). O Estudo do Comportamento Desviante: A Contribuição da Antropologia Social. In Gilberto Velho (Org.). *Desvio e Divergência. Uma crítica da patologia social* (pp. 11-28). Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Xavier, C. R. (2012). *A Psicologia e o Problema Mente-Corpo*. Curitiba: Juruá.

Notas

¹ Certamente que uma pesquisa mais aprofundada em torno das ementas e das bibliografias de representativo rol dessas disciplinas traria a lume dados mais fidedignos; todavia, dado que há certa uniformização dos conteúdos, a partir de lógicas que passam a ser dominantes no contexto da disciplina psicológica, por exemplo, redundando em “perfis” a serem seguidos, provavelmente tal pesquisa reforçaria a tese que apresentamos.

² No que se refere ao tema dos “currículos”, e de seu impacto na formação e na constituição da representação de uma disciplina ou ciência, outra questão relevante passa por uma discussão que envolveria a transição de um currículo “mínimo” para a ideia das diretrizes curriculares, e de que maneira essa transição realmente anunciaria ou estabeleceria uma dinâmica e uma mudança significativas, ou se esta passagem manteve estruturas consolidadas e

irrefletidas. Do nosso ponto de vista, em princípio, essa mudança ajudou – no caso da Psicologia brasileira – a desenvolver aquilo que defendemos como a “pulverização” do saber psicológico em tecnologias, como pretendemos apontar nesse manuscrito.

³ Citado por Almeida (2016, p. 69). A menção aqui refere a uma entrevista concedida por Canguilhem ao journal Tonus, de 1972, sob o título “La médecine et son histoire”. Os exemplares pertencem à biblioteca particular de Canguilhem e estão compilados sob numeração CAN 1360 de suas obras completas, como se observa no arquivo disponível em linha: http://halley.ens.fr/record=b1087801~S11*frf

⁴ A questão particular é a seguinte: “Podemos dar uma definição a priori da filosofia, independente da sua história?”, e está publicada num texto de 1945, intitulado Histoire de la philosophie et histoire des sciences.

⁵ Observe-se que esta discussão toca diretamente em problemas discutidos atualmente na Filosofia da Mente e em outras disciplinas, como Neuropsicologia. Todavia, o “problema” mente-corpo, aqui tangenciado, mereceria uma discussão em particular, fugindo assim do escopo deste manuscrito. Indicamos o leitor a referências clássicas como David Chalmers, Daniel Dennett e John Searle, bem como a textos de Nagel, (1974/2013), Canguilhem (1980/2006), Xavier (2012).

